

TURBULÊNCIAS NO MUNDO ÁRABE: RUMO A UMA NOVA ORDEM?

Reginaldo Nasser*

RESUMO

O texto trata das revoltas no mundo árabe, que estão aparecendo na mídia como um poderoso sinal de alerta de que o alardeado projeto de *um novo Oriente Médio*, projetado por Bush e reelaborado por Obama, foi descartado pela “rua árabe”. Os regimes políticos que antes usavam o fundamentalismo islâmico se mostram bem abalados. Com o sucesso da mobilização da “rua árabe”, surge uma terceira via. Ademais, há os Estados rentistas, os quais se sustentam com pagamentos multilaterais de ajuda externa, tais como *ajuda ao desenvolvimento* ou *assistência militar*, agora denominadas também de *rendas estratégicas*. O nacionalismo e o islamismo são pontos fundamentais ao longo do texto. Demonstra-se que as revoltas no mundo árabe vão muito além da alegada manipulação messiânica das massas, e que as ondas de protesto em todos os países árabes são poderosas. As mídias sociais, por sua vez, conectam-se em tempo real com a opinião pública internacional.

Palavras-chave: Oriente Médio; revoluções; geopolítica; nacionalismo; islamismo.

ABSTRACTⁱ

The text deals with the revolts in the Arab world, leading to demonstrations that are appearing in the media as a powerful and instructive warning sign that the ballyhooed project of a New Middle East designed by Bush and redesigned by Obama, was discarded by the “Arab street”. The political regime has been shown to be well shaken, which had previously used Islamic fundamentalism, now with the success of the mobilization of the “Arab street”, there is a third way. In addition there are the Rentiers States, meaning states that hold with multilateral foreign aid payments, which are: development aid or military assistance, now also called “strategic rents”. Nationalism and Islamism are key points throughout the text, showing that the revolts in the Arab world are demonstrating that goes far beyond the messianic alleged manipulation of the masses, and the waves of protest in every Arab country are powerful, being the social media that connects in real time with the international public opinion.

Keywords: Middle East; revolutions; geopolitics; nationalism; Islamism.

1 INTRODUÇÃO

As mobilizações populares ocorridas nas diversas cidades do mundo árabe, mostradas ao vivo pelas redes de televisão e canais da internet para todo o mundo, são um poderoso e instrutivo sinal de alerta de que o alardeado projeto de *um novo Oriente Médio*, projetado por Bush e reelaborado por Obama, foi descartado pela “rua árabe”.

* Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INEU).

i. As versões em língua inglesa das sinopses desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.
The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.

São fortes as evidências de que as revoltas estão fazendo tremer os alicerces institucionais dos regimes políticos árabes que, por décadas, têm usado a ameaça do fundamentalismo islâmico – no âmbito doméstico, com a Al-Qaeda, e nas relações externas, com o Irã – para justificar tanto a existência de instituições repressivas como suas alianças militares com os países ocidentais. O sucesso da mobilização da “rua árabe”, que, por muito tempo, era vista oscilando entre dois polos (secularismo autoritário e radicalismo islâmico), demonstrou que esta se situava muito além destas opções, e indicou a existência de uma terceira via, que tem surpreendido a quase todos (HROUB, 2011).

Apesar de não ser surpreendente revelar o autoritarismo dos Estados árabes e a participação das potências ocidentais nesta estrutura de poder, os revoltosos manifestaram, de forma pública, que o que estava em causa era o modelo político e econômico, e não quem governava. As imagens nas ruas não mais correspondiam aos clichês frequentemente associados aos árabes: são manifestantes de todas as faixas etárias que, de forma pacífica, espontânea e sem vinculação com qualquer ideologia ou liderança carismática, foram às últimas consequências pedindo o fim da tirania e a defesa coletiva de valores universais. Aqueles que asseguravam que qualquer mobilização de massas no mundo árabe somente poderia ser liderada pelos islamistas foram frustrados. A mobilização foi iniciada e mantida por uma nova geração que não reivindica a xariá (lei islâmica) nem a teocracia como solução aos seus problemas, apesar de muitos serem religiosos. Os novos manifestantes constituem uma população cada vez mais informada e conectada ao mundo exterior, que deseja enviar sua mensagem ao mundo todo: rechaço incondicional das ditaduras e de seus respectivos modelos econômicos.

No entanto, o *mainstream* nos Estados Unidos ainda procura, desesperadamente, inserir as revoltas – ainda que reconhecendo seu mérito – dentro do seu planejamento estratégico. Nesse sentido, é muito significativa a manifestação do influente analista internacional, Fareed Zakaria, que chegou a afirmar:

George W. Bush e Barack Obama merecem algum crédito pelo que aconteceu [as revoltas]. Bush colocou o problema da política do Oriente Médio no centro da política externa americana. Sua articulação de uma “agenda da liberdade” para o Oriente Médio foi uma mudança poderosa e essencial na política externa americana. Mas porque muitas das políticas de Bush eram impopulares na região, e vistas por muitos árabes como “antiárabes”, tornou-se fácil desacreditar a democracia como um plano imperial. Obama tem apresentado uma abordagem mais silenciosa, apoiando a liberdade, mas insistindo que os Estados Unidos não tinham a intenção de impô-la a ninguém (ZAKARIA, 2011, tradução nossa).

Apesar da poderosa retórica de Zakaria, fica difícil sustentar essa tese.

O primeiro comentário oficial do governo dos Estados Unidos em relação aos protestos no Egito veio do vice-presidente americano, Joe Biden, que afirmou em entrevista ao programa *News Hour*, da PBS, que o presidente egípcio, Hosni Mubarak, não era um ditador e não deveria deixar o cargo. Complementou suas explicações lembrando que “era um aliado dos Estados Unidos em uma série de coisas, sendo um dos principais responsáveis pela realização dos interesses geopolíticos na região e pelos esforços de paz no Oriente Médio” (LEHRER, 2011, tradução livre). Logo no início das revoltas, a secretária de Estado Hillary Clinton declarou que “o governo egípcio é estável e busca formas de responder às necessidades e interesses legítimos do povo egípcio” (AWAD e ZAYED, 2011). Em 27 de janeiro de 2011, Hillary mudou um pouco o tom, mas continuou justificando a manutenção de Mubarak: “Acreditamos que o governo egípcio tem uma importante oportunidade neste momento de implementar reformas políticas, econômicas e sociais para responder às legítimas necessidades e interesses do povo egípcio”. Segundo uma reportagem publicada pelo jornal israelense *Haaretz* (BARAK, 2011), Israel teria enviado uma mensagem confidencial aos Estados Unidos e aos países europeus solicitando que apoiassem a estabilidade do regime do presidente egípcio, Hosni Mubarak, ressaltando que a manutenção da estabilidade do regime egípcio é do “interesse do Ocidente” e de “todo o Oriente Médio”. Hillary Clinton apelou à cúpula política do regime para que pusesse em prática um conjunto de reformas que permitisse aplacar a ira popular. Insistiu Clinton:

Queremos continuar a ser parceiros do governo e do povo egípcio. Enquanto parceiros do Egito apelamos para que haja contenção por parte das forças de segurança, que não haja pressa em impor medidas muito restritivas que sejam violentas e para que haja um diálogo entre o governo e o povo do Egito (GRANADO e NEVES, 2011).

Em um sinal de que a administração Obama ainda não estaria preparada para deixar cair Hosni Mubarak, o Pentágono decidiu levar adiante as reuniões com a alta cúpula militar do Egito que tiveram início em fins de janeiro em Washington. Entre os interlocutores do Departamento de Defesa dos Estados Unidos estava o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Sami Anan. Dias depois, em 6 de fevereiro de 2011, mesmo com a intensificação dos protestos, a secretária de Estado, Hillary Clinton, insistia na tese de que manter no poder o presidente do Egito, Hosni Mubarak, era uma garantia para a realização de eleições.

Zakaria lamenta que as ações norte-americanas sejam percebidas como retórica, e que um dos seus efeitos tenha sido permitir que as revoltas árabes de 2011 fossem “totalmente controladas por árabes”, pois o sucesso destas mudanças será visto como algo puramente endógeno, devendo reavivar os movimentos nacionais (ZAKARIA, 2011). Neste aspecto, não há como discordar do analista, pois a revolta que teve início na Tunísia e se disseminou por toda a região surpreendeu não apenas os observadores externos, mas, sobretudo, seus próprios protagonistas, que descobriram a força dos movimentos populares. Mediante uma ação sem violência,

desafiaram décadas de ditadura, ocasionando a renúncia de alguns chefes de Estado (Egito e Tunísia), a feroz resistência de outros (Síria, Líbia, Bahrein e Iêmen) e a concessão de aumentos salariais e subvenções, como na Arábia Saudita.

A imprevisibilidade da ocorrência da revolta obviamente não é exclusiva do mundo árabe. Não foi diferente em 1989, na queda dos regimes da Europa Oriental, mesmo para os dissidentes que destacavam as vulnerabilidades comunistas. Dias antes da Revolução Iraniana, em 1979, a CIA, serviço de inteligência dos Estados Unidos, emitiu um informe caracterizando a monarquia iraniana como uma “ilha de estabilidade”. Mesmo um dos maiores líderes revolucionários da história, Lênin, fazia previsões, às vésperas de fevereiro de 1917, de que a revolução em seu país aconteceria em um futuro distante.

No início das revoltas, a grande maioria dos comentaristas internacionais argumentava, com ceticismo, que o ocorrido na Tunísia era incidental. Mesmo depois, quando as manifestações no Egito já emitiam sinais de que algo maior estava em marcha, ainda havia quem considerasse as manifestações episódicas. Embora se possa constatar a eclosão de cada crise individualmente, se elas forem colocadas numa perspectiva histórica percebe-se que se trata de tentativas de mudança que estão repercutindo significativamente em toda a região.

Apesar dos riscos que sempre existem quando se faz especulação sobre o significado, a longo prazo, de acontecimentos recentes, é plausível afirmar que as atuais revoltas poderão ser tão importantes para a região, em alguns aspectos, como o foram os acontecimentos que resultaram na desintegração do Império Otomano em 1918, dando início à formação do atual sistema interestatal árabe.¹

Outros períodos de transição importantes, que se tornaram um verdadeiro trauma para os árabes, foram: 1945-1949, com a retirada britânica e francesa, em termos formais, da região, e o surgimento de Israel; e as derrotas árabes nas guerras de 1948, 1956, 1967 e 1973. O curso dos acontecimentos no Oriente Médio desde o fim da Guerra Fria (1991) até o início dos anos 2000 foi emoldurado, acima de tudo, por quatro eventos regionais, com seus impactos mundiais: a invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990; a assinatura de acordo de paz entre israelenses e palestinos em 1993; o ataque da Al-Qaeda aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001; e a ocupação anglo-americana do Iraque em 2003 (ROY, 2008).

1. O redesenho do mapa do Oriente Médio moderno teve início no período de 1918 a 1926, por intermédio da demarcação colonial realizada por britânicos e franceses, de um lado, e o surgimento dos primeiros países árabes independentes (República Árabe do Iêmen e Arábia Saudita), de outro. Foi também este evento que emoldurou as estruturas dentro das quais foram criadas as nações modernas da região, a partir de uma coleção heterogênea de povos, condições geográficas, mitos e ideologias preexistentes. Na verdade, a “grande guerra” de 1914-1918 concluiu um processo que teve início no século XIX, quando a Europa colonial se implantou nas periferias do Império Otomano: os franceses e os italianos, no norte da África; os britânicos, no Egito, Chipre e Aden; e os Estados menores, no Golfo Pérsico. Mas foi após a derrota dos otomanos na grande guerra que as posses francesas e britânicas inventaram o que depois se tornou o Iraque, o Líbano, a Síria e a Palestina (Halliday, 2007).

Na resposta internacional à invasão do Kuwait pelas forças iraquianas, em 1990, abriu-se uma oportunidade para os Estados Unidos construírem uma nova ordem internacional após a queda do Muro de Berlim, utilizando o Oriente Médio como experimento. Libertado da paralisia que reinava durante a Guerra Fria, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) se reuniu com rapidez e eficácia para impor sanções e autorizar uma ação militar. Veio daí a crença, amplamente difundida, posteriormente, pelos líderes políticos ocidentais, de que estava se instaurando uma nova ordem mundial baseada na colaboração americano-soviética na Organização das Nações Unidas (ONU) e na eficaz manutenção da paz e da segurança internacional. Pela primeira vez, tornava-se possível a realização do papel da ONU previsto na Carta das Nações Unidas. Este otimismo foi ainda maior por causa do sentimento de fracasso que havia cercado a função de segurança da ONU. Contudo, “ganhar a Guerra Fria” não resolveu os constantes embaraços da política externa dos Estados Unidos no Oriente Médio. Quando a Guerra Fria terminou em 1991, os Estados Unidos passaram a desfrutar de uma condição privilegiada, principalmente devido à sua superioridade militar inquestionável. Desde então, todos os líderes políticos dos Estados Unidos, democratas ou republicanos, têm procurado preservar os Estados Unidos como a “única superpotência”, evitando a qualquer custo o surgimento de outro poder que possa desafiar sua supremacia. Mas, ao mesmo tempo, estes mesmos líderes começaram a perceber que a superioridade militar não é determinante exclusivo da supremacia mundial, e ficaram cada vez mais preocupados com a crescente dependência do país em relação ao petróleo importado, especialmente do Golfo Pérsico. Klare (2008) lembra que, durante a Segunda Guerra Mundial, os militares americanos consumiam 1 galão de petróleo por soldado/dia. Durante a primeira Guerra do Golfo, em 1990-1991, a taxa subiu para 4 galões de petróleo por soldado/dia; nas guerras do governo Bush no Iraque e no Afeganistão, saltou a 16 litros por soldado/dia (KLARE, 2008).

Se a Guerra Fria foi definida, principalmente, como a competição pelo domínio da política internacional entre a União Soviética e os Estados Unidos, então, em grande medida, como notou Halliday (2005), ela terminou no Oriente Médio uma década antes, com a Revolução Iraniana e o início da guerra entre Irã e Iraque (1979-1980). Um exame das consequências globais do fim da Guerra Fria necessita, portanto, ser acompanhado por uma análise mais específica a respeito das tendências regionais na década de 1990. A mistura de questões como petróleo, conflitos regionais e clientelismo serviu para chamar a atenção de Washington para redefinir um novo ambiente estratégico com seus aliados mais próximos (Arábia Saudita, Turquia e Israel) em uma nova configuração regional, e a abertura de novas fontes de lucro principalmente na pilhagem da riqueza do petróleo e na venda de armas (HALLIDAY, 2005, p. 193).

Em um mundo onde tantos analistas insistem em recorrer a explicações em termos de história antiga, textos sagrados, “choque de civilizações” ou “despotismo oriental”, é preciso retomar as interpretações históricas que colocam em primeiro plano as variáveis de cunho sociológico, econômico e político, na medida em que as reivindicações sobre a legitimidade, as desigualdades sociais e a arbitrariedade estão na ordem do dia.

O ato de autoimolação de Mohamad Bouazizi poderia ter passado despercebido, mas foi capturado por uma câmera de telefone celular e, imediatamente, a Tunísia – e todo o mundo – tomou conhecimento de seu drama. Ativistas usaram o Twitter e o Facebook para mobilizar as pessoas e divulgar avisos sobre concentrações e ações policiais. Relatórios confidenciais de diplomatas e autoridades políticas divulgados pelo WikiLeaks mostrando as redes de corrupção alimentaram, mais ainda, o sentimento de revolta na população. Repórteres da TV árabe Al Jazeera enviavam notícias ao vivo, repercutindo as demandas dos manifestantes. Portanto, não há como negar o papel desempenhado pelos meios de comunicação nestes eventos, mas não se pode superestimar seu papel. A imprensa, o telégrafo, o rádio e a televisão também representaram ameaças à ordem existente, mas os governos puderam reprimi-los, além de empregá-los para motivar seus partidários. Em outras palavras, as redes sociais tornam as mobilizações populares mais eficazes, mas dependendo da correlação de forças também podem torná-las menos prováveis. Portanto, não importa o quão influentes os novos meios de comunicação têm sido, eles nunca serão uma força eficiente para promover rupturas na ordem sem a existência de uma situação revolucionária propícia (PELLETREAU, 2011).

Para uma revolução ter sucesso, é necessária a convergência de uma série de fatores. As atitudes do governo devem aparecer tão injustas que se tornam uma ameaça para o futuro do país; as elites (os militares, em particular) devem não estar mais dispostas a defender o Estado; as diferentes camadas da população, abrangendo grupos étnicos e religiosos e classes socioeconômicas, devem promover uma ampla mobilização; e as potências internacionais devem ou recusar-se a intervir para defender o governo ou impedi-lo de usar a força máxima contra os revoltosos. As revoluções são, portanto, um acontecimento raro, porque estas condições raramente coincidem (GOLDSTONE, 2011).

Entende-se que as revoltas árabes são, em primeira instância, um produto das condições históricas e sociais dos *Estados rentistas* governados por elites dependentes das rendas provenientes de exportações petrolíferas que mantêm a imensa maioria da população em atividades econômicas informais e marginais. O poder dos movimentos de massas da rua árabe tornou-se a face mais explícita de um novo espaço político onde as diversas forças políticas e sociais, novas e antigas, colocaram em questão a estrutura do poder político e o modelo econômico vigente.

O objetivo deste artigo é inserir as revoltas, tal como as várias crises no Oriente Médio, em seu próprio contexto, e procurar entender como elas estão intimamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pelos diferentes grupos sociais. É preciso, sobretudo, compreender as questões mais proeminentes, que culminaram com estas revoltas, bem como as percepções e atitudes da sociedade, para entender algumas mudanças importantes. Grande parte dos analistas tende a se concentrar exclusivamente no que consideram como peculiaridades da formação social árabe para explicar os acontecimentos atuais. No entanto, estas mesmas peculiaridades regionais e nacionais não são imutáveis e se desenvolveram historicamente em constante interação com as tendências dominantes da economia e da política internacional.

Na verdade, as chamadas revoltas árabes são parte de um processo social e político relacionado tanto aos fatores conjunturais – redes sociais e crise econômica de 2008 – quanto aos fatores estruturais – regime político-econômico e política externa das potências ocidentais para a região. Por esta razão, uma análise deste novo ativismo não pode ser dissociada de uma discussão dos principais conceitos sociológicos que permitam compreender a importância que adquirem os recursos (econômicos, políticos, tecnológicos e militares) em uma sociedade em convulsão. É fundamental não se restringir à perspectiva puramente econômica, mas analisá-los a partir da sociologia do poder que permite identificar quem são os atores determinantes na disputa pelo poder, seus objetivos e como são utilizados os recursos ao seu alcance.

2 ESTADOS RENTISTAS: REFORMAS ECONÔMICAS E ELITES NO ORIENTE MÉDIO

Estados rentistas são Estados que se sustentam fortemente em pagamentos multilaterais de ajuda externa, ajuda ao desenvolvimento ou assistência militar, agora denominados também de *rendas estratégicas*. O nível elevado da renda nacional e a ausência de distribuição de renda têm como base um contrato social implícito entre as elites e uma forte correlação positiva entre a renda real e a força do sistema do Estado. A noção de “comprar” o consentimento popular – que, por sua vez, concede legitimidade ao regime – é pedra angular deste sistema. O Estado dirige a sociedade e cria um sistema de inclusão e exclusão, construindo uma relação clientelista entre a classe dos “não produtivos”, considerados como cidadãos, e o restante da sociedade, que não se beneficia da renda e não desfruta de uma plena cidadania.

A tão alardeada paz e a estabilidade nesses Estados estão alicerçadas numa distinção muito clara entre os membros da sociedade. Lealdade para com a elite dominante local é aceita na medida em que os indivíduos encontram seus interesses econômicos adquiridos diretamente no Estado. Assim, “sair” da comunidade local ou nacional se traduz em enormes custos econômicos. Além disso, a distribuição das receitas petrolíferas também é usada como uma ferramenta para policiamento, por meio da deportação ou privação de cidadania contra aqueles que se opõem à elite dominante.

O conceito de Estado rentista teve início na década de 1970 e foi pensado, num primeiro momento, para compreender o Irã da dinastia Pahlevi. Referia-se, em linhas gerais, aos Estados que se apropriavam de uma forma de recursos para a geração de renda externa, no caso pela apropriação da extração e da venda do petróleo. Hazem Beblawi foi quem aplicou o conceito de *Estado rentista* pela primeira vez aos países árabes onde havia pronunciada dependência de renda externa, seja por petróleo, seja por remessas de ajuda (WILSON, 1998, p. 239).

É a partir dessas considerações que Vandewalle (1986, p. 30-35) fez uma importante observação a respeito das implicações políticas de um Estado rentista, tomando como base o caso líbio. Vandewalle considera que o conceito de Estado rentista incorpora duas dimensões, uma econômica (renda) e outra política (Estado). Em economias produtivas, o Estado procura a maior parte de suas rendas por meio de uma burocracia que administra o sistema de regras e procedimentos que garantam a arrecadação (taxação de seus cidadãos, bens e serviços) como um todo. Nesse sentido, os Estados rentistas podem evitar a interação e o comprometimento com atores sociais por meio da negociação a respeito da taxaço. O aparato para a negociação entre os produtores e compradores externos, como investidores e corporações, necessita de poucos profissionais e de uma mão de obra mínima, o que, em última instância, desestimula o fortalecimento de instituições que exijam comprometimento do Estado com seus cidadãos (VANDEWALLE, 1986, p. 31). Na medida em que não há espaço de negociação entre Estado e sociedade a respeito da taxaço de atividades econômicas internas, configura-se um regime autocrático. A partir das rendas externas, então, o Estado rentista consegue construir um amplo aparato de segurança relativamente autônomo à sociedade.

Outro autor, Moore (2004, p. 6-308), que também se dedica ao tema dos Estados rentistas, fez um sumário a respeito de uma série de “patologias” políticas inerentes à formação destes Estados.

1) Autonomia frente aos cidadãos. O Estado se afasta de compromissos com os seus cidadãos, tendo em vista que não necessita da taxaço destes para conseguir sua renda.

2) Intervenção externa. O petróleo, por ser uma *commodity* considerada estratégica para a segurança e o fornecimento de energia para setores produtivos de outros países, faz com que estes apoiem governos impopulares ou com pouca legitimidade.

3) Golpismo e contragolpismo. Prática de violência política entre os atores para a tomada do poder de Estado.

4) Ausência de incentivo para políticas cívicas. A dependência das rendas do petróleo retira as motivações econômicas voltadas para ações cívicas. A ausência de questionamento sobre a taxaço transfere os conflitos políticos para questões de moralidade e de valores sociais.

5) Vulnerabilidade para a subversão. Na medida em que não há um sistema de taxaço eficiente, assim como não há uma burocracia civil regular, o Estado torna-se vulnerável a outros grupos organizados armados que consigam aumentar a sua renda e afrontar a própria burocracia estatal. Além disso, durante um eventual conflito, o Estado, ao tentar aumentar a taxaço, torna-se ainda mais vulnerável aos insurgentes. Por isso, há o conflito sobre o controle do setor produtivo de exportação, o petróleo.

6) Falta de transparência nas despesas públicas. Como existem poucas empresas gerindo a atividade econômica, no caso o petróleo, os órgãos controladores do Estado, quando existem, se veem incapacitados de avaliar os gastos públicos. Isto se dá porque, como o setor petrolífero é o único, a agência que cuida de sua gestão se fecha em torno de si mesma, acabando por se tornar um quase-Estado dentro do próprio Estado.

7) Burocracia pública ineficaz. Uma vez que o Estado depende quase exclusivamente da renda do petróleo, existem poucos assuntos sobre os quais se consegue criar um ambiente que propicie a meritocracia dentro da burocracia estatal, tendo em vista os problemas já citados.

O quadro apresentado por Moore discorre sobre problemas apresentados por um Estado rentista, tendo como pressuposto um cenário no qual a sua *commodity* para exportação mantém alta rentabilidade no comércio internacional. Contudo, após os choques do petróleo da década de 1970 e a recessão dos anos 1980, iniciou-se uma nova experiência com importantes implicações sociológicas e políticas para a manutenção dos Estados rentistas. Neste sentido, ficava evidente que estes países, se quisessem manter o ritmo do crescimento econômico, deveriam promover outras atividades econômicas e não depender apenas da renda do petróleo.

Ao longo da década de 1980 o mundo assistiu a uma crise econômica que impactou seriamente as políticas de desenvolvimento da região. As causas desta crise foram a queda dos preços internacionais do petróleo, a menor demanda por mão de obra de imigrantes, a redução das remessas financeiras e um ambiente internacional mais competitivo. Esta crise econômica foi fundamental para que a relativa autonomia destes Estados, diante de suas próprias sociedades, fosse abalada a partir da diminuição da apropriação da renda gerada externamente. A regulamentação econômica desencorajou o investimento privado e impediu o desenvolvimento de setores industriais orientados para a exportação, obstaculizando a integração da economia regional no mercado global. Diante da diminuição da apropriação da renda gerada externamente, os governos da região se esforçaram para arrochar os salários da burocracia pública aos níveis dos salários do setor privado. Porém, mesmo assim, o déficit continuou em ascensão (YOUSEF, 2004, p. 98).

A persistência da crise dos anos 1980 provocou uma tentativa de resposta liderada por alguns países, como Jordânia, Marrocos e Tunísia, para a adoção

de uma forma de programa de estabilização econômica. Em toda a região, os governos cortaram subsídios, reduziram o gasto público e reformaram os regimes cambiais. No começo dos anos 1990 estas mudanças começaram a surtir efeito. O déficit fiscal foi reduzido, e a inflação, colocada sob controle. Assim, os governos programaram uma transição gradual de ajuste estrutural, movida fortemente por governos ocidentais e por instituições financeiras internacionais, incluindo a privatização de empresas estatais, liberalização do comércio, desregulamentação e fortalecimento de fundações institucionais em prol de uma economia de mercado (YOUSEF, 2004, p. 99).

Contudo, apesar de indicar que os setores privados da economia possam demandar respostas das burocracias no sentido de uma liberalização econômica e política, o setor privado, como indicador de análise, demonstrou fragilidades. Dada a necessidade de sobrevivência econômica e política por parte dos grupos integrantes dos governos da região, o que se pôde observar foi uma tentativa de incorporação das atividades dos setores privados da economia pelos burocratas. Desta forma, esgota-se a ideia de que a sociologia fiscal do Estado rentista possa permitir uma negociação entre o setor produtor social e o setor burocrático que se apropria desta produção, pois ambos provêm de uma mesma elite. Neste sentido, apenas a mensuração da participação do setor privado na economia, tomada como variável independente, não permite inferir sobre sua capacidade de criar instituições, ainda que tomada a devida precaução de se identificar a relação entre os interesses dos setores públicos e privados. O caráter autocrata do Estado rentista tomou a forma de uma colaboração entre setores governamentais e iniciativa privada, mantendo praticamente intactas as estruturas de autoridade e de poder dos regimes políticos, sem que isto resultasse na impossibilidade de inserção destas economias no mercado global. Desta forma, o avanço do processo de modernização num Estado rentista resultou na formação de um Estado burocrático-burguês (EHSTESHAMI e MURPHY, 1996, p. 753-772).

A crise da dívida na década de 1980 serviu como oportunidade para as instituições financeiras internacionais imporem um processo de reestruturação econômica na forma de programas de ajustamento estrutural (PAE). Os oito anos de guerra entre Irã e Iraque, a redução nas receitas do petróleo, os altos níveis de dívida e a crise do balanço de pagamentos impulsionaram muitos países da região a se submeterem às receitas prescritas por estas instituições. Um dos resultados foi a redução maciça em subsídios estatais, e a transformação progressiva de um modelo estatal paternalista para governos com atividades minimalistas. Mas estes países passaram ao largo de quaisquer reformas políticas: as elites árabes utilizaram a liberalização econômica como uma oportunidade de transferência de responsabilidades de ações sociais para o setor privado, estabelecendo novos padrões de clientelismo e de privatização ao lhe concederem acesso aos grandes negócios e investimentos.

O resultado final foi um capitalismo de compadrio com altos níveis de corrupção e mau estado dos serviços públicos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial teceram vários elogios às reformas econômicas empreendidas por Ben Ali, na Tunísia, e por Hosni Mubarak, no Egito, que, nas últimas três décadas, abandonaram qualquer elemento de políticas mais igualitárias e de bem-estar em favor da abertura econômica e da desregulamentação. Ambos os países receberam uma boa classificação no Índice de Competitividade Global no período 2009-2010.² A Tunísia ficou em 32º lugar, acima da Lituânia, Brasil e Turquia, enquanto o Egito ficou em 70º. No índice de globalização, que avalia a implementação de políticas governamentais, Egito e Tunísia ficaram respectivamente em 12º e 35º entre 133 países pesquisados (HEYDARIAN, 2011).

No entanto, como notado por Schwarz, os efeitos rentistas não se limitam apenas aos Estados exportadores de petróleo, mas devem ser estendidos para o aumento das receitas provenientes de outros recursos estratégicos, tais como o canal de Suez, investimentos no exterior, remessas dos trabalhadores migrantes e ajuda externa (assistência humanitária, ajuda ao desenvolvimento ou mesmo assistência militar) (SCHWARZ, 2004, p. 14).

Em termos sociológicos, essa economia rentista se traduz em uma classe governante organizada em torno de verdadeiros clãs que confundem a propriedade pública com a privada. O Estado, em realidade, é constituído, no topo, por suas famílias, e, nas camadas intermediárias, por seu séquito político, composto por militares, líderes tribais e tecnocratas. O acesso às posições superiores se reduz aos membros seletos do clã ou da dinastia familiar e a um número reduzido de indivíduos que podem acumular riqueza a serviço da classe dominante. Como consequência, não há nenhum capitalista nacional empreendedor ou aquilo que se poderia chamar de classe média. Quem aparenta pertencer a este setor são os empregados do setor público (professores, funcionários, policiais e militares), que dependem da submissão ao poder das elites dirigentes, sem nenhuma possibilidade de ascenderem aos escalões superiores ou de criarem oportunidades econômicas para seus descendentes (PETRAS, 2011).

A classe governante rentista, para compensar estas imensas desigualdades sociais e preservar sua posição, busca estabelecer alianças com empresas de armamento e se manter sob a proteção militar externa, principalmente dos Estados Unidos. Como compensação, oferecem territórios para a instalação de bases militares. Embora a Líbia tenha se configurado como uma exceção no que se refere às aproximações militares com os Estados Unidos, com o fim do isolamento

2. O Relatório de Competitividade Global (GCR), publicado anualmente pelo Fórum Econômico Mundial, abrangeu as 133 principais economias no mundo no período 2009-2010.

diplomático em 2004 constituiu-se uma vasta coalizão de interesses das mais poderosas companhias de petróleo e da indústria armamentista, que conseguiram intensificar as relações comerciais e políticas entre os dois países (BARAM, 2011).

Como consequência das reformas econômicas empreendidas no mundo árabe, têm sido suprimidos os subsídios alimentares para os mais pobres, com redução do emprego público, o que acaba por bloquear uma das poucas perspectivas existentes para os jovens universitários – ressalte-se que 60% da população árabe possuem idade inferior a 30 anos –, que são relegados à economia informal, sem qualquer tipo de proteção social. Além disso, na perspicaz observação de Petras (2011), a crise econômica fez com que a Europa e os Estados Unidos fossem mais rigorosos com a imigração, bloqueando a fuga em massa de jovens árabes com formação universitária em busca de trabalho no exterior.

Além disso, as reformas liberais induzidas desde o exterior, que combinam a exploração internacional moderna com formas tradicionais de dominação nacional, erodiram os laços paternalistas e a confiança nas lealdades que uniam as classes média, baixa e dirigente, tornando difícil o isolamento dos movimentos sociais urbanos, que se tornam mais eficazes em deslegitimar a autoridade do Estado. A privatização e a redução dos subsídios públicos (desemprego, alimentação, óleo de cozinha, gás, transportes, saúde e educação) têm quebrado os laços paternalistas pelos quais os líderes apaziguavam o descontentamento dos jovens e dos pobres, bem como das elites clericais e dos chefes tribais.

Devido à desregulamentação desenfreada e à abertura, os preços das *commodities* na Tunísia e no Egito estão cada vez mais determinados por variáveis além das fronteiras nacionais. O mundo árabe tem o maior nível de desemprego no mundo, com taxas astronômicas de desemprego entre os jovens – média de mais de 23% na região. A ausência de instituições democráticas impediu que as pessoas, de forma construtiva, “arejassem” suas queixas básicas sobre a economia. Em ambos os países, Tunísia e Egito, a doutrina minimalista de regulação imposta pelas instituições financeiras internacionais impediu o Estado de se tornar um agente central na implementação de políticas comerciais e industriais que fomentassem a industrialização e o crescimento econômico sustentado.

3 AS VOZES DA RUA ÁRABE

Uma das explicações que os mais apressados encontraram para compreender as atuais revoltas é de que a maioria dos árabes mantinha os motivos de suas queixas na esfera privada. Por medo da perseguição, não se voltavam contra seus dirigentes em público, manifestando-se apenas mediante conversas privadas com amigos. Por isso, é fundamental recorrer às pesquisas realizadas por James Zogby, presidente do Instituto Árabe-Americano, publicadas no livro

Arab Voices (ZOGBY, 2010). O autor revela que o principal motivo de suas pesquisas foi revelar o que a rua árabe estava dizendo. *Arab Voices* não é nem uma releitura ou interpretação da história, nem uma coleção de conversas pessoais, mas a avaliação de um conjunto de dados de uma década de pesquisa realizada em todo o Oriente Médio sobre as atitudes dos árabes em relação aos Estados Unidos, suas mais importantes preocupações políticas, suas atitudes em relação às mulheres e uma série de outras percepções. Os dados foram organizados por país, idade, gênero e classe.

A pesquisa é de grande relevância para a compreensão do mundo árabe e de suas sociedades, frequentemente obscurecidas por estereótipos e mitos que moldam o pensamento e as estratégias políticas para a região. Podem-se destacar cinco mitos que foram questionados com os resultados da pesquisa.

1) Existe a imagem de que os árabes são todos iguais e podem, portanto, ser reduzidos a um único “tipo”. No entanto, foi encontrada na pesquisa uma realidade extremamente variada em todo o mundo árabe. Além de existirem diversas subculturas que fazem com que os egípcios sejam diferentes dos sauditas e dos libaneses, há também diferenças entre gerações. Por exemplo, jovens árabes (cerca de 60% da população desta região) manifestam preocupações e aspiram a objetivos diferentes dos de seus pais.

2) Outro mito, oposto ao primeiro, é de que os árabes são tão diversos que não constituem um mundo, mas algo grande e amorfo. Mais uma vez, a pesquisa revelou exatamente o oposto. Em primeiro lugar, os próprios entrevistados se identificam como “árabes”, ligados uns aos outros por uma língua e história comuns. Em segundo lugar, existem preocupações políticas comuns a todas as gerações e a todos os países. Um bom exemplo disso é a grande preocupação com a questão da Palestina e com a presença militar dos Estados Unidos na região.

3) O estereótipo acerca dos árabes que alimenta a ideia do “choque entre civilizações” é de que eles odeiam os valores e o modo de vida ocidentais. Entretanto, os resultados da pesquisa indicam que os árabes não só manifestam respeito pela educação, ciência e tecnologia, mas também apreciam os valores de “liberdade e democracia”. Por outro lado, os entrevistados se manifestaram contra as políticas do Ocidente em relação ao mundo árabe. Isto é, existe rejeição não da cultura e valores ocidentais, mas sim da política externa de alguns países do Ocidente.

4) O mito de que os árabes são impulsionados pelo fanatismo religioso foi também abordado pela pesquisa. De acordo com seus resultados, pode-se concluir que os árabes têm, como muitos no Ocidente e em outros lugares do mundo, seus valores moldados por suas tradições religiosas. Dessa forma, os índices que medem a frequência nas mesquitas, em todo o Oriente Médio, são aproximadamente os mesmos das igrejas nos Estados Unidos; da mesma forma

que a lista de programas de TV mais populares no Oriente Médio é tão variada como a selecionada por telespectadores norte-americanos. No Egito, Marrocos e Arábia Saudita, os programas mais votados são filmes e novelas, enquanto os religiosos são dos menos populares. Além disso, as preocupações mais importantes para os entrevistados não diferiram daquelas dos homens “ocidentais”: a qualidade do seu trabalho e suas famílias. Assim, em contraste com a noção mítica de que os árabes vão para a cama à noite odiando a América, acordam odiando Israel, e passam os dias para ver as notícias ou ouvir pregadores de raiva, a realidade é que os árabes vão para a cama à noite pensando sobre seu trabalho, acordam todas as manhãs pensando em seus filhos e passam todos os dias pensando em como melhorar a qualidade de suas vidas.

5) Por fim, há o mito de que os árabes rejeitam reformas e não vão mudar a menos que o Ocidente os impulsione. Este tem sido um princípio fundamental dos neoconservadores norte-americanos, derivado principalmente dos escritos de Bernard Lewis, sendo uma das justificativas para a guerra do Iraque. A pesquisa mostra, porém, que os árabes querem a reforma, mas uma reforma que seja feita por eles. Suas principais prioridades domésticas são: empregos, melhores condições de saúde e de oportunidades educacionais. Além disso, a pesquisa demonstra que a maioria dos árabes não quer que países externos se intrometam em seus assuntos internos, apesar de estarem abertos à ajuda internacional para desenvolverem suas capacidades de prestação de serviços.

4 NACIONALISMO E ISLAMISMO

Há um medo crescente, alimentado, em grande parte, pelas elites conservadoras do Ocidente e do Oriente, de que futuros acontecimentos no Egito poderão trilhar os mesmos caminhos da revolução que aconteceu no Irã em 1979, a qual elegeu Israel como o grande inimigo, se envolveu em ações antiamericanas no mundo inteiro, e privou as mulheres e as minorias dos seus direitos. Numa região repleta de exemplos de ações armadas que atemorizam Israel, Estados Unidos e aliados, surgiu a ideia de que a melhor forma de combater ativistas islâmicos (falsos ou verdadeiros) é uma ditadura secular, pois, de acordo com esta teoria, a natureza dos conflitos no Oriente Médio, bem como a ideologia do antiamericanismo, decorrem do choque de civilizações entre o Islã e o Ocidente.

Os novos movimentos sociais surgem exatamente como um questionamento a estes Estados seculares e ditatoriais, apoiados pelas potências ocidentais. Por esta razão, para compreender a Primavera Árabe, é necessário retomar o processo social e político, desde a luta pela independência até os dias atuais, que resultaram nestes Estados.

Apesar de as percepções sobre a ameaça islâmica preponderarem no debate sobre a questão da segurança no Oriente Médio, a natureza dos conflitos na região sempre esteve em permanente transformação desde o final da Guerra Fria. Com a desintegração da União Soviética e o fim da Guerra Fria, reduziram-se as influências das grandes potências, o que fez com que uma série de questionamentos sobre religião e identidades aparecessem em primeiro plano. Este quadro permaneceu após a Guerra Fria, revelando que o caráter da estrutura de dominação política e econômica refere-se mais precisamente ao elo entre as classes dirigentes do Oriente Médio e as grandes potências. O impacto da globalização nestes Estados os insere em uma verdadeira disputa entre o nacionalismo árabe, o Islã tradicional e o político, dentro dos limites de um Estado-nação que é incapaz de satisfazer a sua população devido a sua peculiar estrutura tradicional e antidemocrática.³

Com a luta pela independência, surgiram no mundo árabe duas forças políticas e sociais que iriam determinar a condução do processo histórico: o islamismo e o nacionalismo. Sempre houve uma competição em torno de qual deveria ser o verdadeiro fator de substituição do imperialismo e de unificação das diversidades étnicas, tribais e religiosas nas sociedades árabes. As facções militares, portadoras de um nacionalismo secular, substituíram a velha oligarquia como uma panaceia para todos os males do colonialismo, incluindo o subdesenvolvimento. Assim, ambas as correntes procuraram construir sua legitimidade quase exclusivamente numa postura anti-imperialista, que se articulou à rejeição do Estado de Israel, mas inteiramente desprovida de programas de reformas econômicas, mecanismos de participação política e de integração que permitissem integrar suas respectivas sociedades ou solidificar o sentimento de uma comunidade árabe de caráter transnacional.

Como consequência disso, tanto o projeto islâmico quanto o nacionalista árabe fracassaram. Em vez do progresso e das vitórias militares, a maioria dos Estados árabes – monarquias e repúblicas – se transformou em verdadeiras empresas familiares corruptas, rodeadas por facções oportunistas e protegidas por aparatos de segurança com o apoio das grandes potências. A corrupção não poupou nenhum aspecto da vida social, política e econômica.

No início dos anos pós-independência, a tarefa era alinhar as novas entidades territoriais com as identidades locais ao longo das fronteiras coloniais herdadas para, posteriormente, dissolvê-las num sentimento pan-arábico. Esta estratégia de desenvolvimento permitiu que os governantes colocassem o nacionalismo árabe à frente da democracia. Alguns, inclusive, invocavam a frágil noção de “especificidade cultural” como alegação de que a democracia era inadequada para os árabes. Além disso, a perspectiva sempre presente de uma guerra contra Israel era usada para colocar em suspeita toda e qualquer esperança de abertura política e de democratização como um desvio de rota da causa principal.

3. Ver Halliday (2007).

Dessa forma, por quase um século, os árabes foram divididos em Estados-nação artificiais, com uma frágil base histórica, cultural ou linguística para a constituição de uma identidade nacional, o que manteve precariamente sua viabilidade, devido aos pactos políticos, econômicos e militares realizados entre os seus chefes locais e as potências ocidentais. Estes acordos se realizavam basicamente na troca entre segurança e legitimidade externa e concessão, por meio de contratos bilionários para extração e distribuição de petróleo. O movimento secular nacionalista árabe na década de 1950, que procurou destruir estes acordos, foi sucessivamente derrotado nas guerras contra Israel (1956, 1967 e 1973), permitindo a ascensão dos movimentos islâmicos na década de 1970.

O sucesso dos islamistas também se deve ao súbito desaparecimento do sistema socialista e ao fracasso dos programas de desenvolvimento na maioria dos países do Terceiro Mundo, os quais contavam com a influência soviética. Isto demonstrou a fragilidade e a debilidade dos Estados-nação árabes em empreender guerras, proteger o território nacional e proporcionar educação, saúde e empregos aos seus cidadãos. Além disso, os acontecimentos regionais e mundiais arrebataram dos regimes árabes sua legitimidade ideológica, impedindo tanto islamistas como nacionalistas de oferecer alternativas.

O mito do fundamentalismo enquanto causa de guerras civis e de ameaça para a paz e estabilidade da região foi reforçado no início dos anos 1990 com a guerra civil na Argélia, que causou a morte de, pelo menos, 80 mil pessoas. Um tipo de interpretação que não leva em consideração as condições socioeconômicas e o seu entorno intelectual e religioso contribui para alimentar a falsa crença do choque de civilizações entre o Islã e o Ocidente. A economia no mundo árabe sofreu as consequências da brusca queda dos preços do petróleo nos anos 1980, além de uma explosão demográfica que gerou uma população muito jovem – 60% dos habitantes têm menos de 30 anos – e uma taxa de desemprego de 75% entre os homens.

Portanto, é preciso situar o pensamento islâmico fundamentalista e seus movimentos correspondentes em seu devido contexto internacional, regional e local. Os movimentos islâmicos são parte importante da vida política e social árabe e impregnam todas as suas esferas. Seus objetivos são numerosos e seus métodos bastante diversificados. Alguns têm se transformado em partidos políticos, preferindo participar, no marco legal, das instituições legítimas do Estado. Outros se converteram em organizações sociais, preenchendo o vazio deixado pelo Estado na prestação de assistência social.

Sem qualquer sinal de rejeição da presença islâmica, mas com uma ênfase na reivindicação de liberdade de expressão, direitos humanos e melhorias socioeconômicas, os novos movimentos são, provavelmente, o melhor antídoto às identificações sectárias que proporcionam justificativa e legitimidade às ditaduras seculares.

As revoltas atuais colocaram novamente na ordem do dia a possibilidade de ressurgimento de um novo pan-arabismo que não reivindica uma nação árabe unificada, tal como o antigo nacionalismo, mas que resiste a todas as tentativas de ser incorporado às divisões de identidades religiosas e sectárias. Embora os ativistas reivindiquem o direito de participação em seus países separadamente, suas ideias ultrapassam as fronteiras religiosas e estatais. O efeito dominó na região demonstra que a ideia de uma comunidade política árabe continua viva. Apesar de desvinculado do antigo projeto nacionalista, o imaginário de uma identidade árabe continua com vigor e pode ser o unificador potencial contra possíveis tendências de desintegração e de intervenção estrangeira na região. Estas perspectivas promissoras de democratização na sociedade civil, com sua atenção voltada para o bem-estar das massas, são fortes, apesar da permanência das elites no processo de transição.

O nacionalismo árabe perdeu suas raízes profundas que, durante muito tempo, foram um estímulo para a ação política como fonte de legitimidade, mas ainda há um fio muito fino, porém resistente, que une as aspirações religiosas destes povos com as demandas de democracia representativa e de uma distribuição mais equitativa dos recursos econômicos. Mesmo o Estado turco, que durante quase um século serviu de modelo para muitos Estados nacionalistas laicos, voltou a colocar a questão religiosa em discussão.

Portanto, não há como negar que a religião é um princípio essencial de identidade dos povos e um componente crucial da dinâmica de desenvolvimento das sociedades, em geral, e do mundo islâmico em particular. Como bem constatou Mark Levin, as fotos divulgadas na grande mídia dos Estados Unidos, por ocasião das manifestações no Cairo, podem ajudar a entender melhor as diferenças em relação à Revolução Iraniana, em 1979. Naquele momento, as imagens dos jovens eram de impetuosidade revolucionária, aliadas a um sentimento de raiva, supostamente alimentada por um fervor religioso; pareceram muito estranhas para um cidadão dos países ocidentais que tinham outras revoluções como parâmetro. As fotos da Praça Tahrir mostraram mulheres e jovens religiosos, curvando-se em orações diante dos blindados militares, reivindicando uma espécie de “*jihad* pacífica”, que sempre esteve presente na história do Islã, mas que nunca teve a atenção devida da mídia ocidental.

Os novos movimentos da Primavera Árabe não podem, pois, ser explicados por meio das teorias sobre a ameaça islâmica, tampouco por meio da categoria de nacionalismo árabe. Esta nova forma de ativismo político surge como uma reação tanto às ditaduras seculares, que não atingiram seus objetivos, como aos movimentos terroristas, como a Al-Qaeda (MUSALI, 2008).

Como muito bem observou o professor Hicham Ben Abdallah El Alaoui, há dois anos, já havia algo que se pode denominar, na falta de outro termo, de “terceiro nacionalismo”, nascente no mundo árabe com plena consciência dos

sucessos e dos fracassos dos movimentos políticos árabes e ocidentais. Defende a identidade árabe e islâmica, e é solidário com os movimentos pela independência e justiça no mundo muçulmano, com destaque para a questão palestina. Embora não possua nenhum programa político, condena o autoritarismo e a corrupção, aspira à construção de governos democráticos e rejeita qualquer tipo de ingerência militar estrangeira (ALAOUI, 2009).

5 EXCEPCIONALIDADE NA LÍBIA?

A revolta na Líbia teve início com a prisão do ativista dos direitos humanos, Fathi Terbil, dias antes do *dia de fúria* (17 de fevereiro de 2011), e evoluiu para uma guerra civil com intervenção internacional. Mesmo após centenas de mortos, no quinto dia de repressão, a repercussão na mídia internacional ainda era pequena e não havia qualquer sinal de uma ação mais contundente da celebrada “comunidade internacional”, o que seria de se estranhar, num primeiro momento, pois o regime do coronel Kadafi estava no poder há mais tempo que qualquer outra ditadura no mundo árabe (42 anos), além de ter sido responsável por várias ações terroristas na década de 1980. Mas, se se observar com atenção, não deixa de ser tão surpreendente. Em 2008, a então secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, declarou, em visita à Líbia, que as relações com os Estados Unidos entravam numa nova era de cooperação. Quando questionada sobre o problema dos direitos humanos naquele país, Rice disse que havia discutido o assunto com Kadafi de maneira respeitosa. O ministro líbio de Relações Exteriores, por sua vez, disse que a presença de Rice era a prova de que a Líbia, os Estados Unidos e o mundo tinham mudado. Há que se reconhecer que ele tem razão, pois a Líbia foi reabilitada de seu *status* de Estado pária em 2003, concordando em abandonar seu programa nuclear e em promover a abertura aos investimentos ocidentais, principalmente para as grandes empresas petrolíferas, com as quais foram assinados contratos bilionários. Conformando-se às resoluções da ONU, a Líbia livrou-se do embargo econômico e passou a restabelecer seus laços políticos e diplomáticos com os países europeus e os Estados Unidos, reintegrando-se na comunidade internacional. Em 2006, Kadafi aderiu a um programa para instaurar o livre mercado e reconheceu o papel central da iniciativa privada na Líbia, preparando o caminho para implementar as chamadas reformas econômicas sob a supervisão do FMI e do Banco Mundial. O ministro Tony Blair teve atuação destacada neste entendimento, aprovando ainda a venda de gás lacrimogêneo, armas de “controle de multidões”, fuzis e metralhadoras para Bahrein e Líbia.

O embaixador norte-americano na Líbia, Cretz, em depoimento no Carnegie Endowment for International Peace, em 2010, informou que houve grandes progressos durante esses dois anos de “normalização” nas relações Estados Unidos-Líbia, e que estava se iniciando uma cooperação significativa entre os dois países (CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE, 2010).

Cretz elogiou ainda os esforços de privatização, enfatizando que as missões de comércio dos Estados Unidos tiveram excelente receptividade. No que se refere aos direitos humanos, o embaixador afirmou existir um diálogo aberto e franco entre os dois países, reconhecendo, entretanto, que a promoção da democracia era uma questão delicada e deveria ser abordada com cuidado.

Mas o embaixador não mencionou que a economia da Líbia continua extremamente dependente das flutuações dos preços internacionais do petróleo e do gás. Os bilhões de dólares acumulados ao longo dos anos não foram utilizados para diversificar a economia. Há uma enorme discrepância entre as várias classes sociais e seus respectivos setores produtivos. O setor agrícola, por exemplo, emprega 20% da força de trabalho, embora contribua apenas com 2% do produto interno bruto (PIB). O setor industrial, incluindo petróleo, gás e petroquímica, é responsável por mais de 60% do PIB, e emprega menos de 25% da força de trabalho. As taxas de desemprego variam entre 20 e 30%.

Kadafi governou por meio da mediação de um “comitê de liderança social”, composto por cerca de 15 representantes de várias tribos, que tinha presença até mesmo dentro das fileiras das Forças Armadas, cada qual representando um grupo tribal. Se as rebeliões na Tunísia e Egito chamaram atenção pelo sucesso em forçar a renúncia de seus ditadores, a prolongada resistência de Kadafi e de outros ditadores apareceu aos olhos do Ocidente como algo incompreensível.

Por que o ditador marfinense Laurent Gbagbo, o líder líbio Muammar al-Kadafi, e o presidente do Iêmen, Ali Abdullah Saleh, não aceitam as confortáveis ofertas de exílio que aparentemente têm sido oferecidas a eles e vão embora? Provavelmente, seria melhor para a sua segurança física e para suas contas bancárias. Depois de semanas de luta, negociação e manifestações, o que mais eles querem provar? (KAPLAN, 2011b, tradução nossa).

Em seu entendimento, diferentemente dos líderes da Tunísia e Egito, esses ditadores não governam ao estilo ocidental, por meio de instituições e burocracias. Seus objetivos em dominar partes do território mediante a ajuda de familiares e de alianças tribais estão completamente fora do padrão de ação racional do Ocidente. Mas reconhece, entretanto, que Kadafi manteve unido um país que, durante quase toda sua história, foi desprovido do sentimento de Estado. De acordo com Kaplan (2011b), Kadafi, Saleh e Gbagbo têm vivido com uma “complexa e ambígua realidade”, um “tipo especial de tribalismo”, mesclando política tribal e ações de repressão de seu serviço de segurança. Kaplan concluiu que suas eventuais saídas deixariam um “vazio absoluto”.

Essa também é a concepção do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, quando disse que as revoltas colocam em destaque as “diferenças sectárias, étnicas e tribais que foram reprimidas durante anos” na região (IGNATIUS,

2011, tradução nossa). Apesar de ver perspectivas promissoras em prol da democracia, pergunta “se governos mais democráticos poderiam conter essas pressões”. Adverte ainda que “há um risco de que o mapa político do moderno Oriente Médio possa começar a se desvendar com a dissolução da Líbia” (IGNATIUS, 2011, tradução nossa). Ou seja, o secretário de Defesa enfatiza sua desconfiança em relação à construção da democracia em situações de supostas fragilidades estatais que poderiam levar à fragmentação dos Estados nacionais na região. Nesse sentido, a busca da estabilidade seria, em última instância, preferível à democracia.⁴

Essa insistência dos analistas ocidentais em interpretar o regime político da Líbia a partir das imagens de culto ao líder e do estilo excêntrico de Kadafi como uma aberração histórica foram completamente equivocadas e geraram posicionamentos ideológicos profundamente antidemocráticos, como pode ser constatado nas afirmações acima. Na verdade, tratava-se de um regime enraizado em redes de parentesco com um discurso fortemente marcado pela ameaça do Ocidente. O coronel Kadafi transformou o nacionalismo anticolonialista da Líbia em uma ideologia revolucionária, usando uma linguagem facilmente compreendida pelos líbios. O regime se iniciou com um golpe de Estado, em 1969, promovido por policiais da classe média e baixa, representando todas as três regiões da Líbia, e com o apoio de uma população, em grande parte, rural. O novo governo não tinha uma agenda política claramente delineada e baseou-se muito mais em uma verdadeira mistura ideológica, com traços de nacionalismo árabe, anticolonialismo, identidade cultural islâmica e tribalismo (AHMIDA, 2011).

Mas é preciso compreender que o “tribalismo”, tantas vezes evocado, não é uma característica atemporal da sociedade líbia, e sim uma estratégia adotada por Kadafi no velho estilo de governar: dividir e conquistar. Kadafi promoveu artificialmente o mundo rural por meio de músicas, festas e rituais, e recuperou antigas instituições, como conselhos de liderança tribal, atacando a cultura urbana. O fato é que, independentemente das intenções de Kadafi, os primeiros anos da década de 1970 trouxeram muitos benefícios para os líbios: alfabetização generalizada, assistência médica, educação gratuita e melhorias nas condições de vida. No entanto, a partir dos anos 1980, teve início uma centralização excessiva, resultando em maior repressão das forças de segurança e um declínio no Estado de direito, colocando fim na experiência populista. Instituições como tribunais, universidades, sindicatos e associações cívicas foram eliminadas. Com a crise da década de 1980 e as sanções econômicas internacionais na década de 1990, pelo envolvimento do regime em atentados terroristas, os serviços de saúde e educação se deterioraram, o desemprego disparou, a economia tornou-se cada vez mais dependente das receitas do petróleo e cresceu a corrupção do regime (AHMIDA, 2011).

4. Esse argumento é desenvolvido por Fukuyama (2005).

O filho de Kadafi, Saif al-Islam, em discurso em 22 de fevereiro de 2011, alertou que a Líbia era diferente dos demais Estados árabes, porque é composta de tribos e clãs, e qualquer tipo de cisão poderia levar ao caos e à guerra civil. O sentimento tribal adiciona uma dimensão relativamente incomum para a equação usual de possíveis benefícios e custos que cada indivíduo líbio deveria levar em consideração em sua decisão frente às revoltas. Neste sentido, o caso da Líbia seria, num primeiro momento, muito diferente da Tunísia e do Egito, onde o tribalismo praticamente não existiu, exceto em pontos isolados do deserto.

Na sociedade tribal os indivíduos vivem dentro de uma rede de lealdades de diferentes graus de intensidade – família, profissão, classe, região, etnia, filiação política, denominação religiosa e assim por diante. É frequente caracterizar as tribos como autênticas unidades políticas, *a priori*, mas é preciso entendê-las como um princípio de ordem social, em que as lealdades e obrigações habituais são “segmentadas” por um princípio de descendência de um ancestral comum ou de ancestrais comuns. De forma geral, cada uma das tribos do Oriente Médio subdivide-se em clãs, que por sua vez se dividem em subclãs, e assim por diante, até a unidade familiar. Tradicionalmente existentes fora do poder do Estado, as tribos do Oriente Médio mantêm a ordem por meio de um complexo equilíbrio de poder entre si em torno de alianças e rixas. Um resultado deste sistema de responsabilidade coletiva é que os membros de determinados grupos tribais têm um forte interesse em policiar o comportamento de seus companheiros de linhagem, uma vez que as ações de qualquer pessoa afetam diretamente a reputação e segurança de todo o grupo.

No contexto das revoltas na Líbia, Bamyeh (2011), especialista em Líbia, levantou uma série de perguntas sobre como as pessoas iriam se comportar quando fossem chamadas a decidir se apoiavam ou não Kadafi. Os anciãos da tribo Warfala, por exemplo, tomariam esta decisão em nome de todos ou mesmo da maioria dos membros da tribo? Desta tribo fazem parte cerca de 1 milhão de pessoas, aproximadamente um sexto da população total do país. O contínuo processo de urbanização dos últimos 40 anos provavelmente enfraqueceu os laços tribais, mesmo que a maioria das pessoas ainda saibam referir-se a qual tribo pertencem. Todavia, é importante notar que a maioria dos líbios não são mais nômades vivendo no deserto das atividades do pastoreio, um estilo de vida que ajudava a preservar o tribalismo, porque o sistema agia como um elemento dissuasor para os potenciais agressores.

O que tem escapado à atenção dos analistas é a transformação demográfica que tornou possível a revolta. Cerca de 80% dos líbios agora vivem em áreas urbanas, vilas e cidades. A Líbia tem hoje uma economia moderna e uma alta

taxa de alfabetização. Os líderes do levante incluem advogados, juízes, jornalistas, escritores, acadêmicos, ativistas dos direitos das mulheres, oficiais do Exército e ex-diplomatas – uma considerável elite urbana que se “enfureceu” com o regime. Muitos deles trabalham em estruturas administrativas inspiradas no Estado burocrático moderno, o que cria outros tipos de autoridade que negam as do velho tribalismo (BAMYEH, 2011).

O fato de que a oposição controlou grandes porções do leste da Líbia sugere que a região também é um fator importante. A julgar pelos mapas tribais, o leste do país inclui uma mistura de tribos que não estão atualmente em conflito, independentemente da posição que os seus líderes supostamente poderiam ter tomado. Se é verdade que não se pode descartar completamente a presença do elemento tribal na política líbia, é fato também que a ênfase excessiva nas afiliações tribais faz parte de um discurso de cunho orientalista que pouco contribui para a compreensão do mundo árabe. O processo de urbanização acelerada nos últimos anos fez com que as tribos da Líbia se tornassem bastante heterogêneas, atenuando a importância dos vínculos de parentesco no comportamento de seus membros. Cada vez mais estas tribos são compostas por diversos membros com diferentes origens sociais e econômicas, refletindo uma nova realidade da sociedade líbia, na qual os casamentos intertribais em todas as linhagens passam a ser comuns (BAMYEH, 2011).

Além disso, o excepcionalismo aparente da revolução líbia não deve ser entendido como algo distinto da relação entre sociedade e governo que prevalece no restante do mundo árabe. Assim como em outras partes da região, a sociedade da Líbia na última década tornou-se muito mais moderna e dinâmica que o seu regime. Como na Tunísia e no Egito, um fator chave na revolução líbia foi o “silêncio autocrático” em ouvir queixas dos seus povos. Assim como nas demais revoluções árabes, isto deve ser visto como sintoma de uma modernidade social estabelecida, fortificada por altas taxas de educação, tecnologias de comunicação e uma população jovem cujas expectativas econômicas e políticas foram frustradas.

Portanto, a extrema violência que acompanha a revolução na Líbia é certamente uma expressão da enorme distância existente entre o Estado e sua sociedade. Quando o filho de Kadafi, Saif al-Islam, insistiu que a sociedade líbia é “tribal”, ele não está descrevendo uma realidade empírica, mas refletindo a consciência de que grande parte da sociedade líbia está muito distante do Estado e está organizada à sua maneira, embora não necessariamente ao longo das linhas tribais.

A lealdade tribal na Líbia, em seus aspectos de mando e obediência entre os membros de uma tribo, nunca foi incondicional. Desde que o levante começou, várias tribos da Líbia emitiram inúmeras declarações sobre a situação, que em grande parte refletem o patriotismo que permeia estes grupos. Mohammed Bamyeh coletou

28 declarações emitidas pelas tribos entre 23 de fevereiro e 9 de março de 2011, revelando que a grande maioria destacou a unidade nacional, em vez de interesses tribais localizados (BAMYEH, 2011). As declarações demonstraram ainda que as tribos da Líbia são entidades heterogêneas, compostas por diversos membros com origens sociais e econômicas distintas, refletindo a natureza da própria sociedade líbia, em que os casamentos intertribais em todas as linhas são frequentes.

As declarações mostram também a fluidez das solidariedades tribais. Apenas 25% das declarações alegaram terem sido emitidas em nome da tribo como um todo; 43%, em nome de seções específicas ou locais de uma tribo; e 39% incluíam uma declaração que dissocia da tribo os membros que fazem parte dos altos cargos no regime (BAMYEH, 2011). Bamyeh também voltou sua atenção para os apelos feitos às tribos publicados por seus membros durante o mesmo período, e se impressionou com o fato de que nenhum fez um apelo à tribo como um todo, sem alguma especificação. Em vez disso, todos os indivíduos que publicaram tais apelos dirigiram-se às seções específicas da tribo, localizadas na cidade ou região onde o apoio à oposição era mais necessário para garantir o sucesso da oposição em sua comunidade local.

As declarações e os apelos tribais demonstram como o discurso entre os seus membros durante a revolução tornou-se outro veículo para expressar o patriotismo da Líbia e articular um senso de dever nacional. Revelam também como este discurso sempre procura contextualizar e localizar um sentido de responsabilidade nacional, com o objetivo de produzir sucessos concretos ao invés de simplesmente registrar grandes declarações simbólicas. Esta combinação de um patriotismo permanente com uma tradição pragmática de pontos de solidariedade tribal caminha na direção de uma flexibilidade na organização nascente cívica e social da Líbia, que será fundamental em uma eventual era pós-Kadafi.

Foi contra essa realidade dinâmica histórica que o regime de Kaddafi procurou construir um Estado que consistiu em concentrar o Poder Executivo, sem apoio popular, nas mãos de alguns indivíduos. Longe de abraçar o espírito do tribalismo líbio, Kaddafi aderiu a uma ética ao estilo da máfia, em que as alianças flexíveis foram substituídas por um estilo ditatorial e policial (HALLIDAY, 2011).

A questão de como ele se manteve no poder por tanto tempo é talvez a mais interessante no ambiente atual. A resposta, em parte, pode ser encontrada no fato de que um Estado moderno praticamente não existia na Líbia pré-Kadafi. Em geral, a sociedade era organizada em torno de várias associações fora do Estado, incluindo redes tribais, sindicatos e partidos políticos. A coesão social do Estado líbio, que foi em grande parte assente na ajuda externa, até a descoberta de petróleo alguns anos antes do golpe de Kaddafi, repousou quase exclusivamente em torno da monarquia. A natureza anti-institucional do regime político na Líbia, onde as instituições do

Estado foram substituídas por uma rede de vigilância policial informal, de agitadores e informantes, pode ser o principal motivo pelo qual Kadafi e sua família confiavam mais nas milícias e nos mercenários que nas Forças Armadas regulares em seu combate contra a revolução. Um incidente em 2009, envolvendo dois dos filhos de Kadafi, exemplifica muito bem este aspecto. Os dois lutaram entre si com carros de combate e tropas militares, até que um deles foi forçado a vender suas ações para outro na instalação de uma fábrica da Coca-Cola no país. Apesar de não possuir nenhum cargo no governo, Saif al-Islam representava o regime e falava em seu nome. Foi ele que pronunciou o primeiro discurso oficial à nação logo após o início das revoltas.

6 CONCLUSÃO

Pode-se inferir que a autoimolação do jovem universitário tunisiano Mohamad Bouazizi, que deflagrou a onda de protestos na Tunísia, foi uma atitude tomada não apenas porque ele não encontrou um trabalho que refletisse suas ambições profissionais, mas também em razão de um forte sentimento de humilhação e injustiça ao presenciar um oficial da polícia confiscar as frutas e os legumes que estava vendendo. Provavelmente, foi este mesmo sentimento de injustiça e humilhação que se constituiu no estopim que levou milhares de pessoas às ruas de Túnis a Damasco. Emigrar para o exterior deixou de ser uma opção viável para os jovens que se viram diante de duas alternativas: lutar ou se submeter. Com poucas oportunidades no exterior, viram-se obrigados a lutar por mobilidade social em seus países mediante ação política coletiva, apesar de carecerem de organização e liderança para influenciar o jogo político, e mais ainda de um projeto de um novo Estado.

As revoltas no mundo árabe estão demonstrando que vão muito além da alegada manipulação messiânica das massas, insufladas pela teocracia dos mulás, da Irmandade Muçulmana ou dos salafistas, que, até pouco tempo, servia de modelo explicativo para todos os conflitos no Oriente Médio, da Palestina às ações da Al-Qaeda. As ondas de protesto em todos os países árabes mostraram o quão poderosas, em termos organizacionais, são as mídias sociais, que, ao se conectarem em tempo real com a opinião pública internacional, mostraram a fragilidade dos sistemas de segurança e dos serviços de inteligência. As instituições e os aparatos de segurança já não têm capacidade ou instrumentos para suprimir movimentos de resistência civil num mundo interconectado por cobertura de satélite e meios de comunicação social.

Essas ações abriram as portas para um mundo mais complexo, com problemas econômicos, sociais e políticos que não podem mais ser entendidos a partir de uma divisão simplista entre nacionalistas, relativamente seculares, de um lado, e islamistas radicais, de outro. Os movimentos manifestaram desejo de reformas econômicas e direitos democráticos, mostrando que as carências econômicas e políticas do mundo árabe são duas faces de um mesmo problema e, portanto, para terem pleno êxito, as mudanças devem atingir todas estas dimensões.

O que os apologistas da exportação de democracia sempre desconsideraram é que os árabes e os muçulmanos nunca rejeitaram as reformas democráticas. Pelo contrário, sempre houve movimentos contra o despotismo, a corrupção e os abusos praticados por aqueles que estão no poder. Mas a rua árabe demandava reformas que pudessem corresponder aos seus valores e que fossem implementadas em um ritmo consistente com a composição social e as condições políticas de suas comunidades.

Aqueles que temem o crescimento do “islamismo radical” como fator de instabilidade da região deverão estar mais atentos em relação às “ditaduras amistosas”, que, na verdade, são as principais responsáveis pela insegurança no mundo árabe. Desemprego em massa, alto preço dos alimentos e repressão política são uma combinação explosiva, mais perigosa que o terrorismo. Ainda, por mais poderoso e consistente que possa ser o clamor da população árabe, será decisivo o apoio das forças internacionais para que as mudanças possam ir além de uma simples reforma constitucional. Cada vez mais, os Estados Unidos evidenciam sua incapacidade em ordenar o sistema internacional e manter sua hegemonia sem contestação. Apesar das pronunciadas assimetrias de poder, já não podem mais impedir a presença de outros países.

O que aconteceu na Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia pode ainda acontecer em todo o mundo árabe, revelando o colapso de uma ordem pós-colonial que há muito tempo perdeu a sua legitimidade. Provavelmente, se não tivesse ocorrido a invasão militar, o Iraque também estaria nesta lista dos países com revoltas sociais. Inspirados pelas rebeliões que ocorrem em todo o mundo árabe, milhares de iraquianos têm protestado de forma pacífica contra a corrupção e a falta de serviços básicos. Oito anos após a invasão liderada pelos Estados Unidos que derrubou o ditador Saddam Hussein, há falta de comida, água, eletricidade e empregos. As rebeliões aparecem, cada vez mais, como um reflexo da falência não apenas do desempenho de seus líderes, da forma de governo adotada (repúblicas ou monarquias) ou do projeto nacionalista iniciado na década de 1950, mas sobretudo da essência destes Estados.

O desafio maior é o desmantelamento dos Estados rentistas, nos quais o funcionamento do sistema político e parte substancial das receitas provêm de rendas derivadas dos recursos naturais, especialmente o petróleo. Seja qual for a dinâmica das mudanças, é improvável que qualquer um dos antigos regimes árabes vá sobreviver em suas formas atuais em total contradição com as transformações de suas sociedades. Está-se no meio de um processo revolucionário que, mesmo sendo suprimidos alguns de seus elementos, continuará a influenciar as mentes e ações em um arco de países, do Marrocos ao Irã.

Devido à completa desconexão entre o Estado e a sociedade, a revolta da Líbia, até agora, tem sido a primeira das revoluções atuais árabes em que um governo de oposição se formou antes do término da revolução. Ao contrário dos casos da Tunísia

e do Egito, na Líbia a violência estatal sem limites exigiu que funcionários do governo abandonassem seus postos para se juntarem à revolução. Mas a revolução não conseguiu, por algum tempo, obter a confiança de amplos setores do governo para conduzir a um possível período de transição. Ao mesmo tempo, o sucesso da oposição em algumas partes do território líbio criou uma necessidade pragmática de montagem de uma estrutura de governo para executar e gerenciar estas áreas. De tal forma que, paradoxalmente, os movimentos sociais mais desenvolvidos institucionalmente emergiram de um Estado com estrutura institucional precária. A aparente exceção da Líbia não é apenas no que se refere à violência, mas no exemplo de organização que desmente os temores ocidentais sobre a “ausência da sociedade civil”.

O sucesso dos protestos, principalmente na Tunísia e no Egito, demonstrou também que a aliança militar com os Estados Unidos não garante, necessariamente, a sobrevivência destes regimes. Estas relações podem ainda ajudar a reunir apoio diplomático e militar para sufocar os movimentos, como foi o caso do Bahrein e Iêmen, mas os Estados Unidos não cogitaram, em nenhum momento, enviar suas tropas para esmagar uma revolta que clamava por democracia: os exércitos da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos fizeram o “trabalho sujo”, apesar de a Quinta Frota estar estacionada nas proximidades. A ideia de estabilidade baseada na segurança armada, que teve vigência durante um longo período, atualmente é, no mínimo, uma opção arriscada. Um dos prováveis efeitos, a curto prazo, é que, quando os ditadores perceberem que precisam reduzir sua dependência externa na área de segurança, os regimes sobreviventes podem dar início a uma nova corrida armamentista em larga escala, inclusive para a aquisição de armas nucleares. Kadafi desistiu do programa de armas de destruição em massa, em 2003, na esperança de melhorar as relações com o Ocidente. Ele podia estar pensando que, se não tivesse feito isto, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) agiria com mais precaução, reforçando a crença de que a opção nuclear é a única garantia de segurança (SHAHIN, 2011).

Kaplan (2011a), considerado uma voz relativamente moderada do *mainstream* norte-americano, tem razão quando afirma que as manifestações contra os regimes autoritários que sacudiram o mundo árabe se qualificam mais pelo que elas não são: não consistem em um clamor pelo Estado palestino, tampouco são “antiocidentais” ou “antiamericanas”. Acrescenta ainda que, seja qual for o resultado destas revoltas, parece evidente que os árabes têm prestado mais atenção aos defeitos de suas próprias sociedades que às injustiças cometidas pela comunidade internacional. Kaplan não distingue entre os objetivos imediatos e as possíveis mudanças a longo prazo na política externa. Os novos governos poderão se recusar a adotar incondicionalmente os métodos dos Estados Unidos e da Europa na guerra contra o terror, sem que isso signifique ser partidário de Bin Laden. Não afrontar Israel não significa, entretanto, necessariamente, qualquer tipo de concordância com a política de ocupação dos

territórios palestinos. Finalmente, novos governos poderão também questionar se para manter a tão aclamada estabilidade política na região é necessário gastar bilhões de dólares em equipamentos militares ocidentais.

Os reconhecidos especialistas em economia do Oriente Médio Richards e Waterbury (2008) mudaram suas opiniões sobre a reforma econômica ao longo dos anos, sugerindo que as versões para a implementação do livre comércio preconizadas pelo Consenso de Washington não são a panaceia que eles e muitos economistas no início de 1990 pensavam que fosse. A tão esperada guinada liberal das economias no mundo árabe tem sido parcial e hesitante e, mesmo quando houve uma completa adesão, não se traduziu em queda significativa das desigualdades sociais (RICHARDS e WATERBURY, 2008, p. 408). Como exemplo, lembram que as políticas econômicas dos Estados Unidos para o Iraque, baseadas exclusivamente no Consenso de Washington, falharam completamente. A economia praticamente entrou em colapso e o desemprego subiu rapidamente para mais de 40%. A tese de que a economia de livre mercado e a democracia são processos que se reforçam mutuamente não tem mostrado sua validade nas práticas das nações. Em vez de demonstrarem um apoio resolutivo e incondicional às mudanças, os governos democráticos e as instituições internacionais não revelaram o apreço esperado. Os mercados de ações caíram, os preços das *commodities* mantiveram-se em alta e os consultores financeiros manifestaram temor de que as convulsões sociais poderiam perturbar a recuperação da crise econômica de 2008.

Grande parte da popularidade e da força do fundamentalismo islâmico são alimentadas pelas condições socioeconômicas aliadas à intransigência e à repressão dos regimes políticos que provocam, por sua vez, sentimento de indignação e impotência. Os movimentos islâmicos sabem converter-se em forças moderadoras e reformistas quando têm suficiente espaço político, e em forças radicais e destrutivas quando carecem dele. Pode-se dizer que, muito antes de os Estados Unidos executarem Bin Laden, os movimentos sociais no mundo árabe já o haviam excluído da história.

REFERÊNCIAS

AHMIDA, A. A. Why Qaddafi has already lost. **The New York Times**, New York, 16 Mar. 2011.

ALAOUI, H. A. Democracia no mundo árabe. **Le Monde Diplomatique**. 5 ago. 2009.

AWAD, M.; ZAYED, D. “Dia da Ira” no Egito termina com 3 mortos. **Uol Notícias**, 25 jan. 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2011/01/25/no-dia-da-ira-egipcios-protestam-contr-o-governo.jhtm>>.

BAMYEH, M. B. **Is the Libyan revolution an exception?** 22 Mar. 2011. Disponível em: <<http://muftah.org/?p=956>>.

BARAK, R. Israel urges world to curb criticism of Egypt's Mubarak. **Haaretz**, 31 Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/print-edition/news/israel-urges-world-to-curb-criticism-of-egypt-s-mubarak-1.340238>>.

BARAM, M. Libyan opposition leaders slam U.S. business lobby's deals with Gaddafi. **Huffington Post**, 24 Feb. 2011. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2011/02/24/muammar-gaddafi-us-business-lobby_n_827769.html>.

CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. **Libya: The Second Year of Normalization**. Washington, 4 June 2010. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2010/06/04/libya-second-year-of-normalization/1o67>>.

EHTESHAMI, A.; MURPHY, E. Transformation of the corporatist State in the Middle East. **Third World Quarterly**, v. 17, n. 4, 1996.

FUKUYAMA, F. **Construção de Estados**. São Paulo: Rocco, 2005.

GOLDSTONE, J. A. Understanding the revolutions of 2011: weakness and resilience in Middle Eastern autocracies. **Foreign Affairs**, May/June 2011.

GRANADO, A.; NEVES, C. S. Contestação a Mubarak deixa o Cairo a ferro e fogo. RTP Notícias, 28 jan. 2011. Disponível em: <<http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?article=411224&tm=7&layout=121&visual=49>>.

HALLIDAY, F. **The Middle East in International Relations: power, politics and ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Crises of the Middle East: 1914, 1967, 2003. **Open Democracy**. 15 June 2007.

_____. Libya's regime at 40: a state of kleptocracy. **Open Democracy**, 7 March 2011. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/printpdf/48596>>.

HEYDARIAN, R. J. The economics of the Arab spring. **Foreign Policy In Focus**, 21 Apr. 2011.

HROUB, K. **Arab third way: beyond dictators and Islamists**. **Open Democracy**. 9 Feb. 2011.

IGNATIUS, D. Gates underlines the dangers in the Middle East. **The Washington Post**, 23 Mar. 2011. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/opinions/gates-underlines-the-dangers-in-the-middle-east/2011/03/22/ABYhTMDB_story.html>.

KAPLAN, R. The new Arab world order. **Foreign Policy**, 28 Jan. 2011a.

_____. Tribal warriors. **Foreign Policy**, Abr. 2011b.

- KLARE, M. Global Power Shift. **Foreign Policy In Focus**, 5 May 2008.
- LEHRER, L. Biden: Mubarak is not a dictator, but people have a right to protest. **PBS NewsHour**, United States, 27 Jan. 2011. Disponível em: <http://www.pbs.org/newshour/bb/politics/jan-june11/biden_01-27.html>.
- MOORE, M. Revenues, State formation, and the quality of governance in developing countries. **International Political Science Review**, v. 25, n. 3, p. 297-317, 2004.
- MURPHY, D. Joe Biden says Egypt's Mubarak no dictator, he shouldn't step down. **Christian Science Monitor**, 27 Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/World/Backchannels/2011/0127/Joe-Biden-says-Egypt-s-Mubarak-no-dictator-he-shouldn-t-step-down>>.
- MUSALI, A. El fracaso del Estado Árabe. **Foreign Policy**, n. 24, dic. 2008.
- PELLETREAU, O. H. Transformation in the Middle East comparing the uprisings in Tunisia, Egypt, and Bahrain. **Foreign Affairs**, 24 Feb. 2011.
- PETRAS, J. Roots of Arab revolts and premature celebrations. **Dissident Voice**, 3 Mar. 2011.
- RICHARDS, A.; Waterbury, J. **Political economy of the Middle East**. United States: Westview Press, 2008.
- ROY, O. **The politics of chaos in the Middle East**. Columbia: Columbia University Press, 2008.
- SCHWARZ, R. **State formation processes in Rentier States: the Middle Eastern case**. In: CONFERENCE ON INTERNATIONAL RELATIONS – INTERNATIONAL RELATIONS MEET AREA STUDIES ECPR STANDING GROUP ON INTERNATIONAL RELATIONS, n. 5., 2004, Geneva, European. Geneva: Graduate Institute Of International Studies, 9-11 Sept. 2004.
- SHAHIN, S. Arab uprisings as a war on error. **Institute for Policy Studies**, 5 Apr. 2011.
- VANDEWALLE, D. **Libya's Revolution Revisited**. [s.l.]. Nov./Dec. 1986. (Middle East Report, n. 143).
- WILSON, R. The contribution by economists to Middle Eastern studies (1973-1998). **Journal of Middle Eastern Studies**, British, v. 25, n. 2, Nov. 1998.
- YOUSEF, T. M. Development, growth and policy reform in the Middle East and North Africa since 1950. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 18, n. 3, Summer 2004.

ZAKARIA, F. In the Middle East protests, a seismic shift. **The Washington Post**, Washisngton, 23 Feb. 2011. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/opinions/in-the-middle-east-protests-a-seismic-shift/2011/02/23/ABPjcZQ_story.html>.

ZOGBY, J. **Arab voices**: what they are saying to us, and why it matters. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHMADOV, R. The U.S. policy toward Middle East in the post-Cold War era Turkish. **Journal of International Relations**, v. 4, n. 1-2, Spring/Summer 2005.

CHAUDHRY, K. A. Economic liberalization and the lineages of the Rentier State. **Comparative Politics**, v. 27, n. 1, 1994.

RICHMAN. S. L. Ancient history: U.S. conduct in the Middle East Since World War II and the Folly of intervention. **Cato Institute Policy Analysis**, n. 159, 16 Aug. 1991.